

Tabela 04 - Legislações dos municípios da região Centro-Sul do litoral de Santa Catarina com reflexo na atividade pesqueira. As informações referem-se aos atos normativos e suas ementas, classificadas em categorias e com descrição do respectivo assunto normatizado.

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Garopaba	Áreas de Preservação	Lei Complementar nº 1.465, de 29 de outubro de 2010.	Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do Município de Garopaba.	A Zona de Proteção Ambiental de Costões e Faixa de Areia –ZPA1: correspondem às Faixas de Areia e Costões, servidão do Baú, Largo da Praça e Área dos Ranchos de Pesca. A implantação desta zona visa definir áreas de preservação permanente que necessitam de proteção ambiental no município e que sofrem pressão por ocupação urbana. Para estas áreas, são previstos apenas usos coerentes com a preservação ambiental e amparados por legislações específicas nas esferas superiores, tais usos estão previstos no Anexo 5.
	Crédito	Lei nº 1.547, de 06 de julho de 2011.	Autoriza o Município de Garopaba a prover auxílio direto aos pescadores artesanais.	Fica autorizado o Município de Garopaba, promover repasse financeiro aos pescadores artesanais que sofrerem sinistros através de catástrofes a importância referente a 20% limitado ao valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
	Cultura	Lei nº 1530, de 25 de maio de 2011.	Dispõe sobre a regulamentação da "Festa da Quermesse Municipal" e institui a "Festa Nacional do Bacalhau".	Regulamenta a Quermesse Municipal e Institui a Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro, como evento oficial do Município, ambas a serem realizadas anualmente no mês de junho e/ou julho. O período será definido, observando sempre o período da pesca da taíña, da pesca da abrótea e Feriado de Corpus Christi.
	Gerenciamento Costeiro	Lei Complementar nº 1.465, de 29 de outubro de 2010.	Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do Município de Garopaba.	Setor Orla de Garopaba – Setor 1 – Este setor compreende os lotes confrontantes à Avenida dos Pescadores da praia de Garopaba. Os lotes inclusos neste setor possuem características predominantemente comerciais. Neste setor, o recuo frontal é passível de uso para fins comerciais, desde que não configurem ocupações permanentes e desde que mantidos os parâmetros urbanísticos previstos no Anexo 5.
	Gestão	Lei Complementar nº 1.463, de 29 de outubro de 2010.	Institui o Plano Diretor do Município de Garopaba.	A composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal deverá ser organizada segundo critérios de representação territorial e setorial, incluindo: pescadores e agricultores profissionais.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Garopaba	Infraestrutura	Lei Complementar nº 1.465, de 29 de outubro de 2010.	Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do Município de Garopaba.	ANEXO 7 - CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DE USO DO SOLO. USOS ESPECIAIS DE ORLA: Atividades relacionadas aos usos ocorrentes na orla, sejam eles relacionados a pesca, turismo e lazer, ou atividades náuticas. Essas atividades por sua localização se submetem a outras legislações e a órgãos técnicos ambientais: PESCA: usos relacionados a atividade pesqueira; ranchos de pesca; porto de pesca artesanal; terminal pesqueiro. NÁUTICO: trapiche; atracadouro; marina; garagem náutica.
	Política	Lei Complementar nº 1.463, de 29 de outubro de 2010.	Institui o Plano Diretor do Município de Garopaba.	Na política de desenvolvimento socioeconômico devem ser observadas as seguintes diretrizes: promover e qualificar a pesca artesanal; fortalecer a agroindústria, ampliando o valor agregado da produção primária; estimular o fortalecimento das cadeias produtivas do Município e da região; incentivar o empreendedorismo nos setores primário, secundário e terciário, a partir da identificação de vazios econômicos no município.
		Lei Complementar nº 1.463, de 29 de outubro de 2010.	Institui o Plano Diretor do Município de Garopaba.	São ações estratégicas da Política de desenvolvimento do setor primário: promover a pesca artesanal; fortalecer a produção do setor primário no município; e incentivar a produção e comercialização local.
		Lei nº 1.399, de 26 de abril de 2010.	Institui o Programa Municipal de Apoio a Agricultura Familiar, Pesca Artesanal e Aquicultura.	Promove o desenvolvimento econômico da agricultura familiar, pesca artesanal e da aquicultura, regulamentando e implementando ações de prestação de serviços de máquinas e incentivos à produção, sem ônus para os beneficiários. A Prefeitura Municipal de Garopaba poderá executar em favor de terceiros a título de incentivo aos setores produtivos, de pesquisa e difusão de tecnologia, os serviços de: transporte de barcos e redes da pesca artesanal, assim como o auxílio na manutenção das embarcações; promoção da profissionalização dos agricultores através de cursos de capacitação; outros serviços exclusivos a manutenção da agricultura familiar, incluindo-se pecuária, pesca artesanal e aquicultura.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Garopaba	Política	Lei Orgânica do Município de Garopaba.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Garopaba.	A Política pesqueira do Município tem como fundamento e objetivo o desenvolvimento da pesca, do pescador artesanal e suas comunidades.
Imaruí	Assistência Técnica	Lei Orgânica do Município de Imaruí.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Imaruí.	O Município poderá co-participar, com o Estado e a União, na manutenção do serviço de assistência técnica e extensão rural oficial, assegurando, prioritariamente, ao pequeno produtor rural e ao pescador, a orientação sobre produção agro-silvo-pastoril e pesqueira, a organização, a comercialização, a racionalização do uso, preservação dos recursos naturais, a administração das unidades de produção e melhoria das condições de vida e bem-estar da população.
	Crédito	Lei Orgânica do Município de Imaruí.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Imaruí.	São isentos de tributos municipais os veículos de tração animal e os demais instrumentos de trabalho do pequeno agricultor e pescador, empregados no serviço da pesca e da lavoura ou no transporte de seus produtos.
	Gestão	Lei Orgânica do Município de Imaruí.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Imaruí.	Para o desenvolvimento da pesca deverá ser desenvolvido pelo poder Executivo um Plano de Desenvolvimento da Pesca, o qual será elaborado com a participação das entidades representativas dos pescadores do Município.
	Política	Lei Orgânica do Município de Imaruí.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Imaruí.	A Política Pesqueira do Município tem como fundamentos e objetivos o desenvolvimento da pesca, do pescador artesanal e de suas comunidades, estimulando a organização cooperativa e associativa, a recuperação e preservação dos ecossistemas e fomentando a pesquisa. Para tanto, deverá ser desenvolvido pelo poder Executivo um Plano de Desenvolvimento da Pesca, o qual será elaborado com a participação das entidades representativas dos pescadores do Município.
Imbituba	Assistência Técnica	Lei Orgânica do Município de Imbituba.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Imbituba.	Respeitado o disposto na Constituição Federal e do Estado, desta Lei Orgânica e da Legislação Aplicável, poderão ser criadas cooperativas para o fomento de atividades nos seguintes setores: agricultura, pecuária e pesca; construção de moradia; abastecimento urbano e rural; assistência jurídica; assistência médica e odontológica. Aplica-se às cooperativas, no que couber, o previsto no parágrafo segundo do artigo anterior.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Imbituba	Crédito	Lei nº 2.199, de 23 de novembro de 2001.	Autoriza o poder executivo Municipal a conceder auxílio financeiro aos pescadores da Praia do Porto de Imbituba.	Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro aos pescadores da Praia do Porto de Imbituba, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).
		Lei nº 2.199, de 23 de novembro de 2001.	Autoriza o poder executivo Municipal a conceder auxílio financeiro aos pescadores da Praia do Porto de Imbituba.	O Poder Público Municipal concederá o auxílio financeiro por intermédio da Associação de Pescadores de Itapirubá, com o objetivo de minimizar as perdas causadas com o naufrágio de suas embarcações.
	Cultura	Lei nº 1.886, de 06 de abril de 1999.	Cria a Comissão Organizadora Municipal da "Festa do Camarão" (COFESCA).	Fica criada a Comissão organizadora junto ao município de Imbituba, com a finalidade de coordenar e administrar as atividades pertinentes à realização da "Festa do Camarão".
	Espécies Preservada	Lei nº 1.875, de 21 de dezembro de 1998.	Reconhece como berçário e monumento natural e Imbitura, a Baleia Franca Austral.	Fica reconhecido como Berçário e Monumento Natural do município de Imbituba, a "Baleia Franca Austral" (Eubalaena australis) face sua concentração nesta parte do litoral catarinense durante os meses de junho a novembro anualmente.
		Lei nº 1.875, de 21 de dezembro de 1998.	Reconhece como berçário e monumento natural e Imbitura, a Baleia Franca Austral.	O reconhecimento referido no caput do Art. 1º objetiva primeiramente a preservação desse mamífero, a segunda espécie mais ameaçada de extinção em todo planeta, garantindo destarte a sua reprodução que ocorre no litoral de Santa Catarina, desde Florianópolis até o Farol de Santa Marta em Laguna, e segundo, salvaguardar o bom nome dos nativos imbitubenses que em épocas remotas valeram-se desse cetáceo para sua subsistência e do próprio município que teve em seu território a última Armação da Pesca da Baleia, desativada por Lei Federal.
	Gestão	Lei Orgânica do Município de Imbituba.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Imbituba.	A criação do Conselho Municipal da Pesca Artesanal, constituído obrigatoriamente por entidades representativa da classe de pescadores, técnicos profissionais da área e reserantes dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal.
	Infraestrutura	Lei nº 1.522, de 05 de janeiro de 1996.	Dispõe sobre autorização para mudanças de local de rancho de pesca.	Fica o Prefeito Municipal de Imbituba, autorizado a conceder área de terra a título de troca, para a deslocação de rancho de pesca.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Imbituba	Ordenamento Pesqueiro	Lei Orgânica do Município de Imbituba.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Imbituba.	Concorrentemente com o Estado e a União, o Município normatizará e disciplinará a atividade pesqueira definindo: áreas, épocas, equipamentos e apetrechos de captura mais adequado ao exercício da pesca; tamanho mínimo do pescado e tipo de embarcação para pesca amadora e artesanal; critérios para habilitação ao exercício da pesca profissional; época adequada para a abertura das barras das lagoas; os meios defensivos necessários para enviar a pesca predatória.
	Política	Lei Orgânica do Município de Imbituba.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Imbituba.	O Município, nos termos da Lei, observadas as metas e prioridades do Plano Plurianual, elaborará e executará programas destinados à orientação do interessado no processo de financiamento da produção da pesca artesanal, com a participação das entidades representativas da classe legalmente constituídas, cooperativas e outras formas de associativismo pesqueiro. A política de desenvolvimento da pesca do Município será planejada, executada e avaliada na forma que dispuserem os planos, normas e diretrizes aprovadas pela Câmara Municipal, observada a Legislação Federal e Estadual com a participação obrigatória das entidades representativas da classe de pescadores, legalmente constituídas, técnicos e profissionais da área e dos setores de comercialização, armazenamento e transporte. A execução de programas para orientação dos pescadores para evitar a pesca predatória; definição de áreas para a prática de esportes náuticos e pesca esportiva com o objetivo de assegurar a prioridade da pesca artesanal.
Jaguaruna	Fiscalização	Lei Orgânica do Município de Jaguaruna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Jaguaruna.	Compete ao Município coibir através do Fiscal de Meio Ambiente, Fiscais Ecológicos e órgãos estaduais, a pesca e a caça animais em extinção, bem como fora da temporada permitida, em conformidade com a legislação federal e estadual vigente.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Jaguaruna	Crédito	Lei nº 1.127, de 05 de junho de 2006.	Cria o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Pesqueiro - FUNAGRO do Município de Laguna	Constituem-se receitas do FUNAGRO: doações de pessoas físicas e jurídicas, auxílios, contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não-governamentais. Os recursos do FUNAGRO serão destinados a: do financiamento total ou parcial dos programas constantes no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Pesqueiro - PMDRS; do atendimento de despesas, de caráter urgente e inadiável, aquisição de material permanente e de consumo, bem como, insumos necessários ao desenvolvimento dos programas previstos no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Pesqueiro - PMDRS; construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação de rede física de prestação de serviços relativos ao Desenvolvimento Rural Sustentável e Pesqueiro do Município; desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Pesqueiro do Município.
	Gerenciamento Costeiro	Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Jaguaruna.	O ordenamento territorial das atividades deve visar à minimização dos conflitos com as demais atividades urbanas ou rurais, com a paisagem urbana e/ou rural, com a circulação urbana e/ou rural e do Patrimônio Natural e Cultural, por meio de uma política municipal que vise: incentivar a atividade pesqueira e aquícola, assegurando a atividade pesqueira tradicional; elaborar o plano municipal de gerenciamento costeiro, no prazo máximo de 2 anos; estimular a profissionalização e capacitação dos trabalhadores das atividades pesqueiras e aquícolas.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Jaguaruna	Gestão	Lei nº 1.139, de 06 de outubro de 2006.	Cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro (COMDERP) do Município de Jaguaruna.	O COMDERP, com fulcro no art. 145 da Lei Orgânica Municipal, com os seguintes objetivos: formalizar e fiscalizar a execução da política agropecuária, agrícola e pesqueira do Município; avaliar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro; elaborar o Plano de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro do Município; estimular a formação do cooperativismo e associativismo no meio rural e pesqueiro; estimular a diversificação dos cultivos agrícolas, pecuários, florestais e pesqueiros para o auto abastecimento e comercialização do excedente; estimular a formação de pequenas unidades industriais que visem a transformação e a agregação de valor aos produtos agropecuários e pesqueiros.
		Lei Orgânica do Município de Jaguaruna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Jaguaruna.	A lei criará o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, destinado a formalizar e fiscalizar a execução da Política Agrária, Agrícola e Pesqueira do Município. Que terá função fiscalizadora, deliberativa e formação paritária, na gestão, controle e ações da Política de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro. O Conselho será formado, por representantes do Município, das entidades de trabalhadores e dos produtores, bem como pela organização de suas cooperativas e por representantes das entidades de profissionais ligadas diretamente à produção agropecuária e pesqueira e será presidido pelo membro que obtiver 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos.
		Lei Orgânica do Município de Jaguaruna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Jaguaruna.	A Política de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro será planejada, executada e avaliada por um Conselho de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro, que elaborará o Plano de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro Plurianual.
		Lei Orgânica do Município de Jaguaruna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Jaguaruna.	O Município estimulará, entre outros, a formação de Conselhos e/ou Associações de pescadores.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Jaguaruna	Ordenamento Pesqueiro	Lei Orgânica do Município de Jaguaruna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Jaguaruna.	Incumbe ao Poder Público Municipal proibir a pesca predatória, principalmente no período de reprodução.
	Política	Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Jaguaruna.	O planejamento do Município de Jaguaruna deverá levar em consideração a importância e as especificidades das atividades pesqueiras e aquícolas como geradoras de renda e desenvolvimento socioeconômico.
		Lei Orgânica do Município de Jaguaruna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Jaguaruna.	Para a promoção da Política de Desenvolvimento Econômico da cidade, o Município de Jaguaruna adotará as seguintes diretrizes: incentivo às iniciativas de produção cooperativada, ao artesanato, à pesca artesanal, aos serviços de apoio ao turismo, aos serviços de reciclagem de resíduos, às empresas e às atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenos empreendimentos ou estruturas familiares de produção e de populações tradicionais.
				O Desenvolvimento Rural e Pesqueiro terão por base a preservação ambiental e a produção de alimentos destinados ao mercado interno, visando a melhoria das condições de vida da população.
				Compete ao Município elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano, rural e das zonas de pesca, com o objetivo de ordenar as funções sociais das áreas habitadas do Município e garantir o bem estar dos seus habitantes. Poderão ser criadas cooperativas para o fomento de atividades nos seguintes setores: agricultura, pecuária e pesca.
				Compete ao Município elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano, rural e das zonas de pesca, com o objetivo de ordenar as funções sociais das áreas habitadas do Município e garantir o bem estar dos seus habitantes. Poderão ser criadas cooperativas para o fomento de atividades nos seguintes setores: agricultura, pecuária e pesca.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Jaguaruna	Política	Lei Orgânica do Município de Jaguaruna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Jaguaruna.	<p>O Município coparticipará com o Governo do Estado e da União, na manutenção do serviço de assistência técnica e extensão rural e pesca oficial, assegurando, prioritariamente ao pequeno produtor rural, a orientação sobre produção agro-silvo-pastoril e pesca; a organização rural e pesca; a comercialização; a racionalização do uso; a preservação de recursos naturais; a administração das unidades de produção e melhoria das condições de vida e bem estar da população rural pesca. O Município fomentará políticas com o apoio do Governo do Estado, da União ou através de outros órgãos; conscientização dos produtores no uso e manejo dos agrotóxicos e defensivos agrícolas, buscando cada vez mais, o controle biológico e a preservação do meio ambiente. Caberá ao Município também, a colaboração ao desenvolvimento da pesquisa agropecuária e pesca.</p> <p>O Município promoverá a Política de Desenvolvimento Rural e Pesca, de acordo com as aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais, mediante a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Rural e Pesca.</p> <p>O Poder Público Municipal deverá destinar recursos no seu Orçamento Anual visando implementar as ações do Plano de Desenvolvimento Agrícola e Pesca. O Município estimulará o cooperativismo e o associativismo do setor agropecuário e pesca.</p>
Jaguaruna	Qualificação	Lei Complementar nº 04, de 07 de janeiro de 2014.	Institui o Plano Diretor do Município de Jaguaruna.	A Política Municipal de Educação, para assegurar o acesso e permanência à educação infanto-juvenil e, com prioridade, ao ensino de educação infantil, fundamental, de formação profissional, em regime de colaboração com os demais entes federativos e em parceria com a iniciativa privada, observará as seguintes diretrizes: IX - incentivo e apoio à implantação de cursos profissionalizantes vocacionado para a área de serviços, de turismo, náutica, pesca, construção civil, dentre outros.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Jaguaruna	Qualificação	Lei Orgânica do Município de Jaguaruna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Jaguaruna.	<p>O Município manterá programa destinado a educação, com o objetivo de assegurar: adequar a educação formal a realidade rural e pesqueira, através da municipalização do Currículo Escolar.</p> <p>Poder Público Municipal deverá destinar recursos no seu Orçamento Anual à filhos de agricultores e pescadores, através de bolsas de estudo para programas de formação de técnicos do setor agropecuário de nível médio e superior.</p>
Laguna	Alimentação	Lei nº 1.323, de 15 de junho de 2009.	Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão da carne de peixe e seus derivados nos cardápios do programa alimentação escolar do Município de laguna.	Fica autorizada a inclusão de peixe na alimentação escolar das unidades educacionais dos alunos das creches, educação infantil e ensino fundamental do sistema municipal de ensino do Município de Laguna sendo determinado pela nutricionista responsável, com acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação, quantas vezes o peixe estará presente no cardápio semanal por ela elaborado. O produto que se refere o caput deste artigo, é exclusivo para pescados industrializados a ser adquirido em empresas devidamente estabelecidas no município.
Laguna	Áreas de Preservação	Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo Municipal de Laguna.	Macrozona de Preservação Ambiental (MZPA), corresponde ao complexo de morros do Gravatá e Atalaia, situada entre os Molhes Sul, Ponta da Barra, Lagoa de Santo Antônio, Passagem da Barra e a Praia da Tereza na porção leste do município, apresentando baixíssimo impacto e alterações no seu ecossistema primitivo, cuja intervenção antrópica é praticamente nula e inexistente. Nesta Área devem ser restringidas atividades econômicas que importem em descaracterização de ecossistemas e na redução de populações naturais e o uso direto dos recursos naturais, permitindo-se o uso criterioso da biota e recursos naturais baseado em princípios técnico-científicos rigidamente controlados. Esta área tem como finalidade restringir a ocupação urbana visando a preservação e conservação do meio ambiente e paisagem, bem como a recuperação ambiental através de medidas mitigadoras.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Áreas de Preservação	Lei nº 123, de 11 de julho de 1990.	Declara área de preservação permanente, Lagoas e Rio do Município de Laguna.	São áreas de preservação permanente, as seguintes lagoas e rio do Município de Laguna: Lagoa do Mirim; Lagoa do Imaruí; Lagoa de Garopaba Do Sul; Lagoa do Ribeirão; Lagoa da Manteiga; Lagoa de Santa Marta; Lagoa do Camacho, e Rio do Gy.
		Lei Orgânica do Município de Laguna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Laguna.	Constituem áreas de preservação permanente do Município non aedificandi, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais: mananciais de água que abastecem a cidade; rios, lagoas, lagos, córregos e quedas d'água situadas na circunscrição do Município; as praias e as dunas que as margeiam; a área que começa na ponta do Tamborete, seguindo o rumo sul pela Ponta do Gravatá, praia do Gravatá, até o final da praia do Siri, a contar da faixa de marinha ao cume dos respectivos morros; lagoa do Nóca, na Ponta da Barra. As áreas de preservação permanente, de relevante interesse ecológico e proteção ambiental não poderão ser transferidas a particulares a qualquer título.
	Áreas de Reserva Sustentável	Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo Municipal de Laguna.	Zona Ambiental de Uso Sustentável (ZAUS), corresponde à Macrozona Ambiental de Uso Sustentável (MAZUS), corresponde a grande área apresentando vasta riqueza de ecossistemas ambientais, protegidos por legislações federal, estadual e municipal; tais como campos de dunas, vários tipos de restingas e vegetações típicas das feições litorâneas do sul, áreas alagáveis, entre outros; onde devido a sua grande extensão territorial há vários estágios de intervenção antrópica apresentando alterações no seu ecossistema primitivo, entretanto existe grande potencial para conservar a biodiversidade e explorar usos e atividades sustentáveis, em especial pelas condições físicas como solo e permeabilidade, aquíferos subterrâneos, ventos, dentre outras; frente a ocorrência de ocupação humana de baixíssimo impacto e densidade. Nesta zona devem ser restringidas atividades econômicas que importem em descaracterização de ecossistemas e na redução de populações naturais e o uso direto dos recursos naturais, permitindo-se o uso criterioso da biota e recursos naturais baseado em princípios técnico-científicos rigidamente controlados.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Assistência Técnica	Lei Orgânica do Município de Laguna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Laguna.	O Município dará assistência ao pescador artesanal domiciliado em Laguna, no período do defeso do camarão, criando alternativas de trabalho temporário, em convênio com o Estado e a União. Estende-se ao pescador artesanal, e sua família, a assistência médico-odontológica e jurídica gratuitas. Criará uma estação de pesquisa buscando alternativas de produção para o pescador artesanal. As entidades representativas dos pescadores participarão de todas as decisões relativas à pesca no Município.
	Crédito	Lei nº 03, de 10 de abril de 1969.	Autoriza subscrição de ações de empresa de economia mista destinada a exploração do Porto Pesqueiro e providência sobre os recursos necessários.	Autoriza subscrição de ações de empresa de economia mista destinada a exploração do Porto Pesqueiro e providência sobre os recursos necessários.
		Lei nº 17, de 26 de juho de 1968.	Dispõe sobre a concessão de estímulos a implantação e desenvolvimento da pesca no Município de Laguna.	Os estímulos que faz referências o Artigo 1º, são os seguintes: Isenção de taxas na tramitação do projeto; Isenção de tributos, exceto contribuição de melhoria; Redução das tarifas de água, força e luz; Redução do custo da mão de obra dos serviços industriais operados por servidores da Administração Municipal; Concessão de áreas de terras.
	Cultura	Lei Complementar nº 198, de 06 de juho de 2009.	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras do Município ou da União com responsabilidade Municipal mediante alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.	A utilização, a título precário, de áreas de domínio do município para a realização de eventos de curta duração, de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa, educacional ou econômica para a realização de feiras de produtores rurais e pescadores poderá ser autorizada, na forma do regulamento, sob o regime de permissão de uso.
		Lei nº 1.354, de 03 de novembro de 2009.	Institui a "Semana Municipal do Pescador" de Laguna.	Fica instituída a Semana Municipal do Pescador no Município de Laguna, a ser comemorada anualmente entre os dias 23 a 29 do mês de junho. A data comemorativa criada por esta lei é dedicada a todos os pescadores do Município.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Cultura	Lei nº 1.354, de 03 de novembro de 2009.	Institui a "Semana Municipal do Pescador" de Laguna.	<p>O evento a que se refere esta lei tem como objetivos: aprimorar as técnicas da pesca, incentivando a preservação de espécies marinhas, bem como o respeito ao período de reprodução; conscientizar o pescador acerca da sua importância, como fonte da crescente economia do Município e do País no setor da pesca; sensibilizar os diversos segmentos da sociedade sobre o papel e a respectiva importância do pescador no desenvolvimento do setor; desenvolver programas e ações que visem atender as necessidades dos pescadores nas áreas de educação, saúde e lazer; desenvolver atividades por meio da Secretaria de Agricultura e Pesca, Secretaria de Saúde, Educação e outras afins, tais como: palestras, seminários, campanhas educativas, de prevenção e segurança, cursos, fóruns municipais e outros eventos.</p> <p>Para a consecução dos objetivos previstos no artigo antecedente, fica o Poder Executivo autorizado a firmar, através da Secretaria de Agricultura e Pesca, parcerias e convênios com Universidades, empresas privadas, sindicatos, entidades governamentais e não governamentais ligadas ao setor.</p>
	Gerenciamento Costeiro	Lei nº 1.691, de 18 de março de 2014.	Institui o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro.	O PMGC, em consonância com o disposto no PNGC e PEGC, deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira Municipal e priorizar a conservação e incolumidade, dentre outros, dos bens discriminados nos incisos I a III do art. 3º da Lei Federal nº 7.661 de 1988, elencados abaixo: recursos naturais, renováveis e não renováveis; parciais e bancos de algas; ilhas costeiras, sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías, praias; promontórios; costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas; manguezais; além de outras formações naturais que vierem a ser encontradas.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Gerenciamento Costeiro	Lei nº 1.691, de 18 de março de 2014.	Institui o Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro.	O PMGC será elaborado e, quando necessário, atualizado pelo Poder Executivo na instância técnico-administrativa de um Grupo de Coordenação dirigido pela Fundação Lagunense do Meio Ambiente - FLAMA, devendo ter a aprovação legislativa. O Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro - ZEEC - a ser elaborado estabelecerá as diretrizes quanto aos usos permitidos, proibidos ou estimulados, abrangendo as interações entre as faixas terrestre e aquática da zona costeira.
Laguna	Gestão	Lei nº 1.619 de 13 de setembro de 2013.	Dispõe sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Pesqueiro e Ambiental (COMDEPA) do Município de Laguna.	O Conselho Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Pesqueiro e Ambiental criado pela Lei 208, de 25 de novembro de 1991, passa a denominar-se Conselho Municipal da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, identificado pela sigla "COMDEPA" e, regulado pela presente Lei. Compete ao COMDEPA, elaborar, acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, inclusive no tocante à avaliação anual do desempenho de pessoal engajado no plano, integrando o micro planejamento (municipal) com o macroplanejamento (estadual).
	Infraestrutura	Decreto nº 1.165, de 09 de janeiro de 2003.	Estabelece normas regularizadoras para as bancas de peixe, do lado externo do mercado público.	Conceder, em caráter precário, até 31 de dezembro de 2004, autorização, exclusiva aos atuais ocupantes, que mantêm as bancas de peixe em funcionamento, para que os mesmos permaneçam utilizando-os.
		Decreto nº 1.297, de 01 de abril de 2004.	Declara de relevante interesse público a construção de trapiche coletivo no final da rua Pedro Magalhães no Município de Laguna.	Fica declarada de "RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO" a construção de um trapiche coletivo no final da Rua Pedro Rosa, paralela ao acesso à balsa, no bairro Magalhães, neste Município.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Infraestrutura	Decreto nº 1.329, de 02 de julho de 2004.	Disciplina o uso do cais ao lado do mercado público Municipal de Laguna.	Disciplina o uso do cais ao lado do mercado público municipal considerando que ultimamente têm sido observada a presença de vários barcos de pesca apoiados na escadaria do cais, o que dificulta e atrapalha os serviços do Corpo de Bombeiros e da Capitania dos Portos.
		Decreto nº 1.896, de 03 de janeiro de 2007.	Define as atividades que dependem de licenciamento ambiental Municipal em Laguna.	Somente será permitido o uso das escadarias do cais ao lado do Mercado Público Municipal nas seguintes condições: Carga e descarga de mercadorias; Embarque e desembarque de pessoas; Serviços praticados pelo Corpo de Bombeiros e Capitania dos Portos de Laguna. Fica vedado o apoio de embarcações nas escadarias do cais ao lado do Mercado Público Municipal para comércio de mercadorias.
		Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo Municipal de Laguna.	Os serviços que dependem de licenciamento ambiental por parte da Administração Pública Municipal, são aqueles constantes da lista do anexo único deste Decreto. ATIVIDADES POTENCIALMENTE CAUSADORAS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL COM IMPACTO LOCAL E RESPECTIVOS ESTUDOS AMBIENTAIS - CONSTRUÇÃO CIVIL, Marinas, garagens náuticas, Plataformas de pesca, atracadouros e trapiches.
		Lei Orgânica do Município de Laguna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Laguna.	Zona do Porto de Laguna (ZPL), compreende as áreas lindeiras a baía de Laguna, na lagoa de Santo Antônio e foz do Rio Tubarão, região do Mar Grosso, onde já se encontra instalada infraestrutura, edificações e equipamentos para o correto funcionamento e desenvolvimento das atividades portuárias, bem como áreas contíguas a estas onde não há ainda uma ocupação mais densificada, presentes entre outros, cais de atracação, molhes e outras infraestruturas, sendo considerada de baixa para média densidade. Esta zona é voltada ao crescimento da atividade portuária e pesqueira, através do desenvolvimento de atividades não conflituosas com a população residente no entorno imediato.
				O Município proporcionará facilidades de venda ao consumidor, criando pontos específicos e exclusivos de comercialização do pescado, visando a eliminação de intermediário e conseqüente barateamento dos preços.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Infraestrutura	Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo Municipal de Laguna.	Zona Mista (ZM), corresponde à área urbana na região de Cabeçadas de uso misto e diversificado, onde estão instaladas várias indústrias e atividades ligadas ao setor pesqueiro de Laguna, assim como usos e atividades residencial, de comércio, serviços, institucional e comunitários, sendo considerada de pequeno a média densidade. Tornando-se obrigatória a adoção de soluções sanitárias (fossa, filtro e sumidouros) para as novas edificações residenciais e comerciais, exceto quando relacionadas à atividade de pescados, bem como, quando da realização de reformas das edificações já existentes. Torna obrigatória a implantação de soluções sanitárias relativas aos efluentes gerados por meio de Estações de Tratamento de Efluentes (ETE), construídas dentro das normas da ABNT e com acompanhamento de técnico profissional qualificado quando da criação de novas empresas e comércio de pescados, bem como, análise por parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD), da necessidade de ulitimação desta medida, no caso de reforma das edificações já existentes.
	Navegação	Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo Municipal de Laguna.	Zona do Farol (ZF), corresponde à área urbana da região do Farol de Santa Marta, situado no ápice do promontório do Cabo de Santa Marta, onde se desenvolve as atividades relativas ao funcionamento e sinalização marítima do farol às embarcações no oceano Atlântico, onde o uso institucional e comunitário é prioritário, desempenhando importante papel no setor e marítimo e navegação do sul do Brasil, sendo considerada de baixa densidade. Esta zona tem como objetivo regular, consolidar e fomentar as atividades relacionadas ao Farol de sinalização em si, priorizando.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Navegação	Lei nº 817, de 12 de dezembro de 2001.	Dispõe sobre o uso do mar, praias e lagoas para prática de atividades aquáticas ou recreativas.	Nas lagoas serão permitidas práticas de atividades aquáticas esportivas ou recreativas em pontos previamente autorizados e identificados pela Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, ouvido o Conselho Municipal responsável por questões ambientais, e desde que não provoquem: molestamento de cetáceos; embaraços à navegação; dificuldades a pesca artesanal e a executada com auxílio de botos; Nas Lagoas Santo Antônio, Imaruí e Mirim, as autorizações levarão em conta as áreas balizadas para a pesca do camarão com auxílio de aviãozinho e as utilizadas para a pesca com auxílio dos botos. As Lagoas de Santa Marta e Ribeirão Pequeno ficam reservadas exclusivamente a pesca artesanal, sendo vedado o uso de embarcações motorizadas de esporte/recreio para fins comerciais e jet-ski.
		Lei Orgânica do Município de Laguna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Laguna.	O Município poderá articular-se com os governos federal e estadual, visando a implantação e a operação do serviço de busca e salvamento no limite do mar territorial. O Poder Público Municipal fará convênio com órgão estadual competente, objetivando exercer policiamento lacustre, bem como de proteção, segurança e preservação da ordem e patrimônio da atividade pesqueira. A Prefeitura Municipal fará convênio com a polícia militar, objetivando obter os serviços de rádio-patrolhamento lacustre e fluvial, conforme o art. 107, inciso I, alínea b, da Constituição Estadual.
	Ordenamento Pesqueiro	Decreto nº 267, de 11 de março de 1993.	Constitui as Lagoas do Município de Laguna no " <i>Santuário Ecológico dos Botos (golfinhos)</i> ".	A proibição da pesca com rede de espera de molho largo na Barra e no interior da região estuarina será fiscalizada mediante convênio a ser firmado com a Agência da Capitânia dos Portos de Santa Catarina, em nome do Ministério do Marinha e com o Ibama, em nome do Ministério do Meio Ambiente (conforme consta do Decreto Federal nº 68.459, de 1º de abril de 1971, em seu artigo 11.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Ordenamento Pesqueiro	Lei nº 1.588, de 23 de maio de 2013.	Proíbe a prática de atividades náuticas e lazer, surf e pesca esportiva em costões, das praias do cardozo e prainha do farol no período de 1º de maio à 15 de julho, período da pesca da tainha.	Fica proibida a prática de atividades náuticas esportivas e de lazer: Surf, Windsurf, BordBoarding, Skiboard e demais atividades similares em costões e nas praias do município de Laguna, no período de 1º de maio a 15 de julho, período de pesca da Tainha. Fica permitido a pratica de atividades náuticas e lazer surf e pesca esportiva em costões das praias do município de Laguna exceto as dispostas no caput deste artigo. Fica proibida a prática do surf em praias do Município de Laguna, no período de 1º de maio a 15 de julho, período da pesca da tainha, com exceção dos seguintes locais: Em toda a Orla da Praia do Mar Grosso; Em todas as praias do Município quando não houver possibilidade de realização do cerco e lançamento dos barcos ao mar e/ou estiver ocorrendo ressaca. A delimitação das áreas permitidas para o surf de que trata o item II, deste artigo, será realizada pela Secretaria Municipal da Educação e Esporte com a participação dos surfistas através dos representantes da ALS - Associação Lagunense de Surf e através de representantes da Colônia de pescadores Z - 14.
		Lei Orgânica do Município de Laguna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Laguna.	Compete ao Município legislar, concorrentemente com a União, sobre as florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
	Política	Lei nº 17, de 26 de juho de 1968.	Dispõe sobre a concessão de estímulos a implantação e desenvolvimento da pesca no Município de Laguna.	Considera-se implantação e desenvolvimento de pesca: armadores e embarcação de pesca para captura por aparelhos; estaleiros destinados a construção e reparos de embarcações, destinadas a captura de pescados; frigoríficos para armazenamento de pescados; indústria de seleção e preparação de pescados; comercialização do pescado; industrialização de resíduos de pescados.
		Lei Orgânica do Município de Laguna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Laguna.	Cabe ao Município resguardar e proteger a pesca da tainha com auxílio de botos, atividade de importância social, cultural e turística.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Política	Lei Orgânica do Município de Laguna.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Laguna.	A política pesqueira do Município tem como fundamentos e objetivos o desenvolvimento da pesca, do pescador artesanal e de suas comunidades, estimulando a organização cooperativa e associativa, a recuperação e preservação dos ecossistemas e fomentando a pesquisa. O Município definirá política específica para o setor pesqueiro local, em consonância com as diretrizes dos governos Estadual e Federal, promovendo seu planejamento, ordenamento e desenvolvimento. Incumbe ao Município criar mecanismos de proteção e preservação de áreas ocupadas por comunidades de pescadores, assegurando seu espaço vital.
	Qualificação	Lei Complementar nº 158 de 04 de junho de 2007.	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Municipal de Educação Ambiental em Laguna.	Entende-se por educação ambiental no ensino formal a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições escolares públicas e privadas, englobando: educação para populações tradicionais. Entende-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre a problemática ambiental, e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio-ambiente. O trabalho de sensibilização junto às populações tradicionais ligadas às Áreas de Preservação, bem como a todas as comunidades envolvidas.
		Lei nº 1.590, de 27 de maio de 2013.	Determina a inclusão na grade curricular das escolas situadas no Município da disciplina "História e Cultura de Laguna".	As Universidades situadas no Município de Laguna deverão promover, semestralmente, seminário a fim de divulgar e conscientizar seus universitários acerca da rica História e Cultura Lagunense. São temas a serem tratados na disciplina "História e Cultura de Laguna" e nos seminários a serem realizados nas Universidades: Pesca Artesanal com os botos; Praias de Laguna e suas histórias.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Qualificação	Lei nº 1.590, de 27 de maio de 2013.	Determina a inclusão na grade curricular das escolas situadas no Município da disciplina "História e Cultura de Laguna".	Fica obrigatória a inclusão na grade curricular, das escolas situadas no Município de Laguna, sejam elas particulares ou municipais, a disciplina denominada "História e Cultura de Laguna". A inclusão de que trata o caput deste artigo, deverá ser feita na grade curricular de pelo menos 02 (duas) séries do ensino fundamental. Para aplicação dos métodos de ensino, deverá ser levada em conta a série escolhida, de forma que se deve atentar quanto à complexidade e a forma de que será lecionada a matéria, objetivando-se sempre fornecer as informações necessárias condizentes com a idade dos alunos. Quando lecionada a disciplina de que trata esta Lei, devem ser aplicados métodos interativos e dinâmicos, devendo, sempre que possível, realizar saídas de campo e diligenciar em locais históricos e culturais da cidade.
			Dispõe sobre a qualificação do Turismo e da Cultura através da preparação dos jovens no Município e Laguna.	O Município de Laguna através da Secretaria Municipal de Turismo e da Fundação Lagunense de Cultura, deverá promover, no mínimo uma vez ao ano, cursos de capacitação para jovens destinados às áreas de recepção, apoio ao turista e difusão cultural. Os cursos de que trata o caput, serão denominados, respectivamente, Programa Jovem Monitor de Turismo e Programa Jovem Monitor Cultural. Os programas deverão ser prioritariamente ministrados a jovens de baixa renda e deverão focar a implementação do tratamento diferenciado ao turista que visita a nossa cidade. Ambos os programas deverão se atentar para: Pesca Artesanal com os botos; Praias de Laguna e suas histórias; Fatos históricos ocorridos em Laguna.
		Lei nº 913, de 22 de janeiro de 2003.	Autoriza a concessão de direito real de uso de imóvel do patrimônio Municipal para implantação de um centro de educação.	Autorizado a conceder o direito real de uso, parte de uma área de terra do patrimônio Municipal, localizada no Bairro Magalhães. A área descrita no artigo anterior destinar-se-á à implantação do projeto de construção de Centro de Educação Profissional, com atividades de formação de mão de obra técnica, para as áreas de Carpintaria Naval, Pesca e Agricultura, Hotelaria e Turismo, Oceanografia e Carcinicultura, todas de encontro às vocações naturais do Município. A concessionária deverá num prazo máximo de 03 (três) anos contados da data de assinatura do Contrato de Concessão de Direito de uso, iniciar suas atividades, findo o qual o termo concedido reverterá automaticamente ao Município.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Regularização Fundiária	Lei Complementar nº 198, de 06 de junho de 2009.	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras do Município ou da União com responsabilidade Municipal mediante alienação e concessão de direito real de uso de imóveis.	A regularização de terras ocupadas e as doações dependerão da comprovação do efetivo aproveitamento ou uso do imóvel, podendo ser revertida a qualquer tempo em caso de desvio de finalidade. A regularização de área ocupada para fins de desenvolvimento de atividade rural, reflorestamento, aquicultura, pesca e agro-pastoril terá prioridade nos processos administrativos e será deferida pelo Poder Executivo de forma que garantir o desenvolvimento das atividades na forma do regulamento.
Laguna	Regularização Fundiária	Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo Municipal de Laguna.	A Zona Especial da Tereza (ZET), corresponde à área urbana situada na orla da praia da Teresa, situada em área ambientalmente frágil e de relativa declividade entre os da Ilhota e o Morro da Praia do Siri (Praia do Manelome), onde pode-se desenvolver uso e atividades misto, destinadas ao uso predominantemente residencial, de baixa densidade. Esta zona especial tem como objetivo delimitar área prioritária para ações de infraestrutura urbana, sobretudo de saneamento básico e regularização fundiária, além de ordenar a ocupação existente e manter sua densidade de ocupação, em especial ao sopés de morros ao redor da Praia da Tereza, tornando-se obrigatória, a implantação de soluções sanitárias relativas aos efluentes gerados, por meio de Estações de Tratamento de Efluentes (ETE), construídas dentro das normas da ABNT e com acompanhamento de técnico profissional qualificado quando da criação de novas edificações, bem como, análise por parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD), da necessidade de ultimate desta medida, no caso reforma das edificações já existentes. Sem deixar de obedecer diretrizes, programas e planos específicos pertinentes, devendo ser constantemente monitoradas. Esta zona especial tem como parâmetros urbanísticos o definido na Zona Residencial 2 (ZR2), presentes na tabela do Anexo 13, bem como o detalhamento de suas Zonas, ilustradas em mapa específico, Anexo 11 desta lei. Aplicam-se os parâmetros estabelecidos para a Zona Especial da Tereza (ZET), na forma do artigo 39, seus Parágrafos e Anexos, para a Zona Especial da Galheta (ZEG), correspondente à área urbana balneária situada na orla da praia da Galheta, em área ambientalmente frágil e de relativa declividade entre o Morro da Galheta e a orla da praia, formada por ocupações existentes de população tradicional e pescadores, onde pode-se desenvolver uso e atividades misto, destinadas ao uso predominante residencial e exploração da pesca artesanal, de baixa densidade.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Regularização Fundiária	Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo Municipal de Laguna.	Zona Especial da Passagem da Barra (ZEPaB), corresponde ao corredor formado por ocupações existentes de população tradicional e pescadores às margens da Estrada Geral do Farol de Santa Marta (rodovia municipal LAG-050), também conhecida como rodovia estadual SC-100 (Interpraia); onde se desenvolve uso misto, inclusive comércio e serviço nas principais vias, onde o uso residencial é predominante, sendo considerada de baixa a média densidade. Nesta zona especial configura-se uma ZEIS, em porção a oeste próxima às margens da Lagoa de Santa Antônio, caracterizada pela presença de pescadores tradicionais; que tem como objetivo delimitar área prioritária para ações de infraestruturação e regularização fundiária por parte do poder público, além de ordenar a ocupação existente e diminuir sua densidade de ocupação e constantemente monitorá-la. A implantação desta Zona visa permitir a instalação de habitações populares da comunidade típica da região, possibilitando o acesso às moradias à população de baixa renda desde que haja manutenção e ampliação de infraestrutura e serviços públicos existentes, com a implantação de soluções sanitárias (fossa, filtro e sumidouros) para as novas edificações, bem como, quando da realização de reformas das edificações já existentes, respeitadas as condicionantes físico-ambientais próprias da Zona. Deverá se atentar nesta zona quando da instalação e desenvolvimento de Usos e atividades que possam se tornar ou gerar Polos Geradores de Tráfego (PGT), devido às características geométricas e hierarquia viária da Estrada Geral do Farol de Santa Marta/rodovia estadual SC-100 (Interpraia), devendo, se necessário, realizar Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e/ou eventuais medidas e obras mitigadoras, segundo solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação, ouvido o Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) e demais órgãos e colegiados competentes. Deverão ser respeitadas as faixas marginais, non aedificandi e recuos frontais para acesso aos empreendimentos com testada para os vários tipos viários estaduais e municipais presentes na região. Os parâmetros urbanísticos desta zona especial presentes na tabela do Anexo 13, bem como o detalhamento de suas Zonas, estão ilustradas em mapa específico, Anexo 9 desta lei. § 6º Quando se tratar de criação de novos empreendimentos turísticos na referida Zona, far-se-á obrigatório a implantação de soluções sanitárias relativas aos efluentes gerados, por meio de Estações de Tratamento de Efluentes (ETE), construídas dentro das normas da ABNT e com acompanhamento de técnico profissional qualificado, bem como, análise por parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD), da necessidade de atualização destas medidas, no caso reforma dos estabelecimentos já existentes.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Regularização Fundiária	Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo Municipal de Laguna.	Zona Especial da Ponta da Barra (ZEPB), corresponde à ocupação ao longo de vários anos de área de aterro, formado pela dragagem da áreas portuária de Laguna e do rio Tubarão, por população tradicional e veranistas; além de ocupações ao sopé do morro do Gravatá, mais ao sul, desenvolvendo na zona especial, uso misto, inclusive comércio e serviço nas principais vias, sendo o residencial predominante, e também estando presentes usos e atividades institucionais, comunitários e turísticos, sendo considerada de baixa a média densidade. Esta zona tem como objetivo delimitar área prioritária para ações de infraestruturação e regularização fundiária por parte do poder público, além de ordenar a ocupação existente e diminuir sua densidade de ocupação, conforme for o caso, em especial ao sopé do morro do Gravatá, segundo diretrizes, programas e planos habitacionais pertinentes, devendo ser constantemente monitoradas. Nesta zona especial se configura paredão de rochas, utilizadas pela área portuária de Laguna na construção de seus molhes, onde se faz presente área plana e atualmente pouco ocupada e quase sem edificações, mais ao norte da mesma, onde deve ser evitado sua ocupação, configurando em Área de Preservação Permanente (APP), necessitando seu uso ser constantemente monitorado e fiscalizado pelas autoridades competentes. É presente nesta Zona Especial, às margens do Molhes Sul, área definida como ZEIT onde devido à localização deverão ser desenvolvidas de forma equilibrada e sustentável, e respeitadas as condicionantes paisagísticas, físico-ambientais e econômicas desta área, a implantação de soluções sanitárias relativas aos efluentes gerados, por meio de Estações de Tratamento de Efluentes (ETE), construídas dentro das normas da ABNT e com acompanhamento de técnico profissional qualificado quando da criação de novos empreendimentos, bem como, análise por parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD), da necessidade de ultimação desta medida, no caso reforma dos estabelecimentos já existentes, bem como promover livre acesso ao público nos locais em que se desenvolvem seus usos e atividades. Os parâmetros urbanísticos desta zona especial presentes na tabela do Anexo 13, bem como o detalhamento de suas Zonas, estão ilustradas em mapa específico, Anexo 10 desta lei.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Regularização Fundiária	Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo Municipal de Laguna.	Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), corresponde a várias áreas do território de Laguna, onde se encontram comunidades e assentamentos precários, caracterizado em geral por populações de baixa renda ou tradicionais, carentes de infraestrutura e serviços urbanos adequados, onde em algumas destas áreas há relativa fragilidade ambiental e declividade, sendo considerada de baixa, média e alta densidades, dependendo da região onde se encontra. Configuram entre as ZEIS inicialmente existentes em Laguna: Canto da Lagoa; Estreito; Farol de Santa Marta; Malvina e Casqueiro; Passagem da Barra; Ponta das Pedras, Vila Vitória e Ponta da Balsa; São Judas Tadeu; Sertão da Maricota; e Taquaruçu. Esta zona tem como objetivo delimitar área prioritária para ações de infraestruturação e regularização fundiária por parte do poder público, além de ordenar a ocupação existente e diminuir sua densidade de ocupação, conforme for o caso e segundo diretrizes, programas e planos habitacionais pertinentes, devendo ser constantemente monitoradas.
		Lei nº 17, de 26 de juho de 1968.	Dispõe sobre a concessão de estímulos a implantação e desenvolvimento da pesca no Município de Laguna.	O Poder Executivo promoverá o levantamento das áreas de terras do Patrimônio Municipal disponíveis, bem como, poderá encampar ou desapropriar áreas, reservando-as para melhor atender os objetivos desta Lei.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Regularização Fundiária	Lei nº 1.658, de 12 de dezembro de 2013.	Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo Municipal de Laguna.	<p>Zona Especial do Farol de Santa Marta (ZEFSM), corresponde à área urbana próxima ao promontório do Cabo de Santa Marta, caracterizada por uso misto, inclusive residencial com a presença de Habitações de Interesse Social (HIS) de comunidade pesqueira tradicional, onde também se desenvolvem usos e atividades de comércio e serviço, principalmente associadas ao turismo, assim como usos e atividades institucionais e comunitários, considerada de média a alta densidade. Esta zona tem como objetivo delimitar área prioritária para ações de infraestruturação e regularização fundiária por parte do poder público, além de ordenar a ocupação existente e diminuir sua densidade de ocupação e constantemente monitorá-la. A implantação desta zona visa permitir a instalação de habitações populares da comunidade típica da região, possibilitando o acesso às moradias à população de baixa renda desde que haja manutenção e ampliação de infraestrutura e serviços públicos existentes, respeitado as condicionantes físico-ambientais próprias da zona. Tornando-se obrigatória a adoção de soluções sanitárias (fossa, filtro e sumidouros) para as novas edificações, bem como, quando da realização de reformas das edificações já existentes. Esta zona especial ainda tem como finalidade permitir e fomentar o desenvolvimento sustentável de usos e atividades de comércio e serviço ligadas ao setor de turismo, sendo esta outra vocação importante da região e importante fonte de renda e emprego das populações tradicionais, devendo ser desenvolvidas de forma equilibrada e respeitado as condicionantes físico-ambientais e econômicas da zona, fazendo-se obrigatório a implantação de soluções sanitárias relativas aos efluentes gerados, por meio de Estações de Tratamento de Efluentes (ETE), construídas dentro das normas da ABNT e com acompanhamento de técnico profissional qualificado quando da criação de novos empreendimentos, bem como, análise por parte do Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMD), da necessidade da ultimação destas medidas, no caso de reforma dos estabelecimentos já existentes. Os usos e atividades desta zona especial devem se desenvolver de forma a zelar, conservar e preservar os sambaquis e os aquíferos subterrâneos próximos, em especial nas áreas de campos de dunas e restingas do entorno da região. Os parâmetros urbanísticos desta zona especial presentes na tabela do Anexo 13, bem como o detalhamento de suas Áreas e Zonas, estão ilustradas em mapa específico, Anexo 8 desta lei.</p>

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Resíduos	Lei Complementar nº 187, de 29 de dezembro de 2009.	Institui o Código Sanitário do Município de Laguna.	A pessoa deve providenciar para que as escamas, vísceras e demais resíduos do pescado sejam guardados em recipientes adequados e retirados diariamente, ou mais vezes, se necessário.
	Sanidade	Decreto nº 1.954, de 04 de abril de 2007.	Altera o artigo 1º do Decreto nº 1598/2005 que proíbe o comércio de camarões resfriados ou congelados, procedentes dos Estados componentes das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País.	Fica proibido no Município de Laguna, o ingresso e o comércio de todas as espécies de camarões, em qualquer etapa de seu ciclo biológico e camarões resfriados ou congelados, quando com suas carapaças ou partes delas, tiveram procedência dos estados componentes das regiões norte, nordeste e sudeste do País.
		Decreto nº 2.215, de 19 de novembro de 2007.	Estabelece normas para instalação e funcionamento de estabelecimentos destinados ao processamento de pescados.	Para fins da aplicação do presente Decreto, entende-se: por pescado: os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios, quelônios e mamíferos de água doce ou salgada usados na alimentação humana, sendo extensivas as algas marinhas e outras plantas e animais aquáticos; por "fresco" o pescado dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo; por "resfriado" o pescado devidamente acondicionado em gelo e conservado em temperatura entre - 0,5º a - 2º C; por "congelado" o pescado tratado por processos adequados de congelamento, em temperatura não superior a - 25ºC; por "pescado em conserva" o produto elaborado com pescado íntegro, envasado em recipientes herméticos e esterilizados; por "pasta de pescado" o produto elaborado com pescado íntegro que depois de cozido, sem ossos e espinhas, é reduzido a massa, condimentado e adicionado ou não de farináceos; por "pescado salgado" o produto obtido pelo tratamento de pescado íntegro, pela salga a seco ou por salmoura; entende-se por "pescado prensado" o produto obtido pelo prensagem do produto íntegro, convenientemente curado pelo sal (NaCl), que não contenha mais de 45% de umidade e 8% de gordura; entende-se por "pescado defumado" o produto obtido pela defumação do pescado íntegro, submetido previamente a cura pelo sal (NaCl), permitindo-se a defumação a quente ou a frio; por "pescado dessecado" o produto obtido pela dessecação natural ou artificial do pescado íntegro; por "embutido de pescado" todo produto elaborado com pescado íntegro, curado ou não, cozido ou não, defumado e dessecado ou não, tendo como envoltório tripa, bexiga ou envoltório artificial aprovado pela inspeção.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Sanidade	Decreto nº 2.215, de 19 de novembro de 2007.	Estabelece normas para instalação e funcionamento de estabelecimentos destinados ao processamento de pescados.	Todo estabelecimento destinado ao processamento de pescados, será registrado perante a Secretaria Municipal da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a quem compete, por meio do Serviço de Inspeção Municipal, exercer as ações pertinentes ao cumprimento das normas de instalação, registro, funcionamento, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos destinados ao processamento de pescado.
		Decreto nº 2.216 de 19 de novembro de 2007.	Estabelece normas para instalação e funcionamento de abatedouros de animais.	Todo estabelecimento destinado ao abatedouro de animais, será registrado perante a Secretaria Municipal da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a quem compete, por meio do Serviço de Inspeção Municipal, exercer as ações pertinentes ao cumprimento das normas de instalação, registro, funcionamento, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos destinados ao abate de animal.
		Decreto nº 2.305, de 11 de fevereiro de 2008.	Estabelece normas para instalação e funcionamento de estabelecimentos destinados ao processamento de produtos de origem animal.	Compete ao Serviço de Inspeção Municipal -SIM, da Secretaria da Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, exercer as ações pertinentes ao cumprimento das normas de instalação, registro, funcionamento, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos destinados ao processamento de produtos de origem animal. Nenhum estabelecimento destinado ao processamento de produtos de origem animal, poderá se instalar e funcionar, sem o registro junto à Secretariada Pesca, Desenvolvimento Rural e Aquicultura.
		Lei Complementar nº 187, de 29 de dezembro de 2009.	Institui o Código Sanitário do Município de Laguna.	A pessoa ao realizar as operações de descamação, evisceração e filetagem do pescado destinado à indústria e ao comércio devem fazê-las exclusivamente nas dependências de peixarias, entrepostos e indústrias de pescado ou barcos pesqueiros. A pessoa deve manter o pescado sob refrigeração ou congelamento, conforme o caso, em dispositivos dotados de produção e regulação. É expressamente proibido manter o pescado em exposição fora dos locais que preencham as exigências deste artigo, senão no tempo necessária para a sua limpeza, descamação, esfolia, evisceração e filetagem.

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Sanidade	Lei Complementar nº 187, de 29 de dezembro de 2009.	Institui o Código Sanitário do Município de Laguna.	<p>A pessoa deve, na industrialização e no comércio de derivados e subprodutos comestíveis do pescado, obedecer aos preceitos desta Legislação, resguardadas, no entanto, as indicações condicionadas pelas peculiaridades de cada produto e a legislação pertinente. A industrialização do pescado, inclusive a salga, prensagem, cozimento e defumação, só são permitidos em estabelecimentos industriais devidamente licenciados pela autoridade de saúde. É obrigatória a limpeza e evisceração do pescado utilizado na elaboração de produtos curados ou em conserva, qualquer que seja a forma de seu processamento, exceto o pescado miúdo, a critério do órgão competente.</p> <p>A pessoa é permitida a venda nas feiras livres, de alimentos "in natura" e de produtos oriundos de estabelecimentos comerciais e industriais de gêneros alimentícios, observadas as demais disposições desta Legislação e as seguintes exigências: A comercialização de pescado é tolerada, desde que realizada em veículos providos de dispositivos para depósito e exposição dos mesmos, nos quais o frio seja produzido por expansão de fluidos adequados a este fim, sendo proibida, no local, a descamação, esfolia, evisceração ou qualquer outro tipo de fracionamento, observadas ainda as demais exigências regulamentares. Os veículos para comercialização de carnes ou pescado devem dispor de depósito para suficiente abastecimento de água corrente potável.</p> <p>A pessoa não pode expor à venda ou ao consumo, vender para as indústrias pesqueiras, ou empregar na elaboração de derivados ou subprodutos comestíveis, pescado que tenha sido recolhido já morto ou capturado em águas contaminadas ou poluídas, em estado capaz de prejudicar a saúde do consumidor. A pessoa não pode expor à venda ou ao consumo pescado envolvido ou que contenha areia. As disposições desta Legislação e, em especial, as deste artigo, são extensivas às algas marinhas, crustáceos, moluscos, anfíbios, quelônios e mamíferos de água doce ou salgada usados na alimentação humana.</p>

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Sanidade	Lei Complementar nº 187, de 29 de dezembro de 2009.	Institui o Código Sanitário do Município de Laguna.	<p>A pessoa proprietária e/ou responsável por açougue ou similar é permitido: a comercialização de produtos alimentícios derivados de carne e de pescados pré-embalados, desde que conservados na embalagem original do estabelecimento industrial produtor, mantidos em dispositivos de produção de frio, isolados do depósito e da exposição de carnes "in natura", sendo proibida a abertura das embalagens ou o seu fracionamento para a venda.</p> <p>A pessoa proprietária e/ou responsável por peixarias e entrepostos de pescado é vedado: a industrialização do pescado, inclusive a salga, prensagem, cozimento e defumação; o preparo ou o fabrico de conserva de peixe; a abertura e o fracionamento das embalagens de pescado pré-cozido e congelado. As peixarias e entrepostos de pescado podem comercializar produtos de pescado industrializados, desde que oriundos de estabelecimentos licenciados para tal finalidade.</p> <p>É considerado pescado "in natura": pescado fresco: quando dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo anterior de conservação, exceto a ação contínua do gelo, na proporção de 30% do peso da mercadoria; pescado resfriado: quando devidamente acondicionado em gelo e mantido em temperatura entre - 0,5°C (meio grau centígrado negativo) e - 2°C (dois graus centígrados negativos) em câmara ou outro dispositivo frigorífico; pescado congelado: quando submetido a processo industrial adequado de congelamento, em temperatura não-superior a - 25°C (vinte e cinco graus centígrados negativos) e, posteriormente, mantido em câmara ou outro dispositivo frigorífico, até a sua entrega ao consumidor, em temperatura não superior a - 18°C (dezoito graus centígrados negativos). O pescado, uma vez descongelado, não pode ser novamente recolhido a câmaras frigoríficas ou outros dispositivos de produção de frio.</p>

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Sanidade	Lei Complementar nº 187, de 29 de dezembro de 2009.	Institui o Código Sanitário do Município de Laguna.	<p>É permitida a venda de pescado, fora dos recintos de peixarias, indústrias e entrepostos de pescado, nos seguintes casos e condições: "in natura", pescado fresco, quando a pesca for realizada por pescador profissional devidamente matriculado no órgão federal competente, devendo o gelo representar, no mínimo, 30% do peso da mercadoria; "in natura", descamado ou esfolado, eviscerado ou filetado, resfriado ou congelado, desde que observadas as exigências específicas mínimas desta Legislação; pré-embalado e congelado, devidamente rotulado e oriundo de estabelecimento industrial licenciado, em estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios e outros desde que mantido em dispositivos congeladores semi-fixos, de funcionamento automático quanto à produção de frio adequado, observadas as demais exigências regulamentares e a critério do órgão competente. A venda de pescados fora dos recintos de peixarias, indústrias e entrepostos de pescado, somente será permitida desde que o local obedeça às exigências sanitárias, higiênicas e tecnológicas, devendo para o comércio, obter a autorização da Diretoria de Vigilância Sanitária.</p> <p>Os açougues e similares devem ter câmaras ou armários frigoríficos especiais para depósito de produtos alimentícios derivados de carne e pescado pré-empalado.</p> <p>Toda pessoa proprietária e/ou responsável por estabelecimentos de armazenamento, beneficiamento, fracionamento e venda de pescado, para a sua construção e instalação devem obedecer além das exigências desta Legislação e da legislação federal, as da legislação específica sobre estabelecimentos industriais, comerciais e agropecuários.</p> <p>Toda pessoa proprietária e/ou responsável por veículos de transporte de gêneros alimentícios deve providenciar para que os mesmos sejam mantidos nas mais rigorosas condições de higiene e limpeza. Os veículos que transportam carnes, pescado e leite em espécie, devem ser lavados diariamente ou mais vezes, caso necessário, e periodicamente, desinfetados por método aprovado pela autoridade de saúde.</p>

(continua)

Tabela 04 (continuação)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Laguna	Sanidade	Lei Complementar nº 187, de 29 de dezembro de 2009.	Institui o Código Sanitário do Município de Laguna.	<p>Toda pessoa proprietária e/ou responsável por veículos de transporte e distribuição de pescado deve destiná-los exclusivamente para este fim, bem como provê-los de: compartimento de carga completamente fechado e dotado de isolamento térmico; Instalações frigoríficas de produção automática de frio, tolerando-se a critério da autoridade de saúde, o emprego de neve carbônica, de gelo picado em escamas, sob a condição de representar, no mínimo, 30% do peso total da mercadoria. O pescado em espécie deve estar acondicionado em caixas adequadas, mantidas em bom estado de conservação e limpeza. O peixe filetado deve estar acondicionado em recipientes de material não-corrosível e liso, ou em unidades de peso ou quantidade, em invólucros, pacotes e vasilhames devidamente rotulados e originais dos estabelecimentos industriais.</p> <p>Toda pessoa proprietária e/ou responsável por veículos para transporte dos demais gêneros alimentícios que não os previstos neste capítulo, devem obedecer além das disposições de ordem geral desta Legislação, às seguintes: carne, pescado e leite em espécie, não podem ser transportados por estes veículos, exceção feita a pequenas entregas em domicílio quando devidamente acondicionados.</p>
Paulo Lopes	Fiscalização	Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Paulo Lopes.	A fiscalização da pesca será exercida de poderes outorgados em acordos que o município manterá com organismos estaduais e/ou federais.
	Gestão	Lei Complementar nº 29, de 10 de setembro de 2010.	Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Paulo Lopes.	O Plano Diretor deve ser compatível com o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro, instituída pela Lei. N. 14.661, de 26 de março de 2009, para tanto, o município deve participar da gestão desta unidade de conservação nomeando um Núcleo Gestor, o qual deve ter as seguintes competências: estabelecer e estruturar o Colegiado Consultivo, em conjunto com a Câmara Municipal; coordenar a elaboração do Plano de Manejo do Uso sustentável das Áreas Municipais da APA do Entorno Costeiro; garantir através de recursos municipais, convênios ou doações, a estrutura e equipe de trabalho para o gestor municipal.

(continua)

Tabela 04 (conclusão)

Municípios	Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto
Paulo Lopes	Política	Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Paulo Lopes.	O Município definirá política específica para o setor pesqueiro local, em consonância com as diretrizes do Governo do Estadual e Federal, promovendo seu planejamento e desenvolvimento. Na elaboração da política pesqueira o Município garantirá efetiva participação da comunidade da pesca, através de suas representações de classe.
	Regularização Fundiária	Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Paulo Lopes.	O Município criará mecanismos de proteção e preservação de áreas ocupadas por comunidade de pescadores.
Pescaria Brava	Navegação	Lei Orgânica do Município de Pescaria Brava.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Pescaria Brava.	Os Rios de Pescaria Brava são considerados, para fins de classificação das águas interiores, na classe II ou equivalente, que implica uso humano, após tratamento, balneabilidade, recreação e pesca.
	Ordenamento Pesqueiro	Lei Orgânica do Município de Pescaria Brava.	Trata da autonomia política, legislativa, administrativa, financeira do Município de Pescaria Brava.	Cabe, ainda, ao Município proibir a pesca predatória principalmente no período de reprodução.